

Processo de intervenção do setor florestal no Nordeste

Processo de intervenção do setor florestal no Nordeste
continuação da matéria da Eng. Florestal Herman Carmana, assessor da FAO,
analisando nesta 2ª parte, o conceito de intervenção e as linhas de atuação que se pode seguir.

a. Conceito de Intervenção.

A intervenção do Setor Florestal no Nordeste deve enquadrar-se dentro de um conceito de manejo racional dos recursos naturais renováveis, de forma integrada, a PROTEÇÃO, o uso e a RECUPERAÇÃO da biomassa florestal.

Para que se obtenha os resultados previstos tanto em benefícios diretos quanto indiretos, esta integração deverá estar baseada dentro dos limites de uma bacia hidrográfica.

O Setor Florestal, composto por entidades governamentais e particulares que executam os planos programados, deverá orientar sua ação em direção a um uso integral racional dos recursos naturais renováveis próprio de cada bacia hidrográfica. Ao definir a atuação do setor dentro de um conceito *hidro-florestal*, se está definindo o papel dos bosques dentro de uma perspectiva de máximos rendimentos, ou seja, a obtenção dos benefícios diretos (empregos e matérias-primas) estará em estreita relação com a obtenção dos benefícios indiretos (conservação dos solos, água e vegetação).

Portanto, a intervenção do Setor Florestal, tanto local quanto regional, deverá ser feita de forma coordenada com os outros setores que atuam com os recursos naturais renováveis: setor agrícola, energético, de obras públicas, de extração mineral, etc.

Corresponde ao Setor Florestal planificar sua atuação, visando apoiar as ações dos outros setores cujas diretrizes requeiram obras biológicas ou mecânicas de proteção para assegurar o seu rendimento. Is-

necessidade de se estabelecer um alto componente de pesquisa que permita dar a resposta às seguintes questões:

a — Onde serão realizados os programas, tanto espaciais quanto longitudinais, de recobrimento florestal?

b — Com que espécies, exóticas ou nativas, serão desenvolvidos os programas?

c — Com que recursos financeiros se conta para realizar programas a curto e longo prazo?

d — Qual o tempo de recuperação das inversões?

e — Quais são os benefícios diretos e indiretos que se espera?

f — Com quais recursos técnicos, humanos e de infraestrutura, se pode contar?

Para dar resposta a estas interrogativas, apresenta-se a seguir um esquema geral do planejamento do Setor Florestal no Nordeste. Seu conceito e estruturação parte de duas realidades concretas: a urgência de uma ação efetiva do Setor Flo-

restal no Nordeste e a necessidade de se investir, nesta região, uma alta porcentagem dos incentivos fiscais para o reflorestamento.

Neste esquema se definem quatro grandes fases, cada uma delas com as respectivas etapas.

FASE 1. DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

Etapa 1. Caracterização física de regiões de desenvolvimento florestal.

Serão definidas, conforme as características físico-climáticas, regiões de atuação florestal que permitem obter desenvolvimento. Esta regionalização permitirá definir prioridades na seleção de áreas de atuação.

Etapa 2. Caracterização do consumo de produtos florestais.

Será definido o tipo e a quantidade de matérias-primas que a Região Nordeste retira, do bosque natural, identificando-se os polos de demanda e as áreas com cobertura remanescente.

Etapa 3. Zoneamento das regiões de desenvolvimento.

Este zoneamento será feito com base em 3 critérios:

— possibilidades de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo.

— necessidades de consumo.

— proteção de obras de infraestrutura (energia, irrigação, etc.)

Dentro desta etapa se analisarão os programas a serem desenvolvidos em cada uma das zonas.

O estabelecimento posterior de programas em cada região será determinado por dois critérios:

— o estado atual das pesquisas florestais.

— as necessidades locais e regionais.

Etapa 4. Definição da oportunidade dos incentivos fiscais.

Nesta etapa será analisada a forma de se operar os incentivos fiscais no Nordeste.

Continua

**REDUZA OS RISCOS E
AUMENTE OS LUCROS**

Portanto, a intervenção do Setor Florestal, tanto local quanto regional, deverá ser feita de forma coordenada com os outros setores que atuam com os recursos naturais renováveis: setor agrícola, energético, de obras públicas, de extração mineral, etc.

Corresponde ao Setor Florestal planificar sua atuação, visando apoiar as ações dos outros setores cujas diretrizes requeiram obras biológicas ou mecânicas de proteção para assegurar o seu rendimento. Isto pode converter-se em importante critério a ser usado pelos organismos que direcionam o Setor Florestal, no sentido de definir áreas de atuação e objetivos a médio e longo prazo.

Uma planificação assim concebida permitirá:

a — definir prioridades na seleção dos espaços geográficos onde atuará o Setor Florestal.

b — indicar áreas para reflorestamentos espaciais e longitudinais dentro das bacias hidrográficas.

c — determinar os custos da inversão de capital.

d — indentificar as necessidades de pessoal técnico.

b. Elementos, Fases e Etapas

Em área, a Região Nordeste representa aproximadamente 18% da área total do Brasil e, em conjunto, os problemas florestais e resolver são múltiplos.

Uma forma ordenada de atuação exige, primeiramente, a fixação dos objetivos a nível conceitual e operacional. Definido o papel do Setor Florestal no Nordeste, poder-se-á, também, determinar as regiões prioritárias de atuação. Ainda que existam certos elementos que permitam uma aproximação desta definição, há a

REDUZA OS RISCOS E AUMENTE OS LUCROS.

Criamos o Aplicador UNI-SAFRA F10 para aplicar formicida granulado. Com ele você economiza tempo. Reduz o consumo do formicida em até 30%, sem prejudicar a eficiência da aplicação.

O Aplicador UNI-SAFRA F10 aplica 10g por m² de formigueiro, o que permite maior cobertura de aplicação em muito menos tempo. Evita o contato manual com o formicida e reduz os riscos de intoxicação. Sua capacidade de depósito é para 10 kg de formicida. É um equipamento ultra leve, pesando 1,5 kg e de fácil manuseio.

Com o Aplicador UNI-SAFRA F10 você trabalha menos e tem maiores resultados.



FOTOGRAFIA: RIBEIRÃO PRETO



Uni-safra

Matriz: Rua Bento Freitas, 162
8º andar - Conj. 802/3
Tels.: (011) 221-3671 e 221-7552
São Paulo - SP
Filial: Av. Francisco Junqueira,
2061 - Tels.: (016) 636-5646,
634-1028 e 625-2311
Ribeirão Preto - SP

completo
1983

EPATSA

Continuação

Dentro do conceito integral do manejo de áreas florestais, se faz necessário financiar programas de:

- estabelecimento de massas florestais artificiais com espécies exóticas e nativas.
- estabelecimento de programas de enriquecimento dos bosques naturais.
- proteção dos bosques naturais.
- execução de obras bio-mecânicas para controle de erosão e captação dos escorrimos lateral e longitudinal.

Além disto, é necessário introduzir o conceito de bosques produtores e bosques protetores, os quais, na maior parte dos casos, serão estabelecidos artificialmente para recuperar a cobertura antiga. É necessário definir, também, o tipo de pesquisa a ser financiada com recursos provenientes dos incentivos.

FASE 2. FORMULAÇÃO DAS LINHAS DE ATUAÇÃO

Partindo-se dos resultados obtidos com a execução das etapas da primeira fase, serão identificadas as linhas de atuação. Estas linhas terão etapas de desenvolvimento que irão completar a idéia geral do planejamento base para a execução.

Etapas 1. Planejamento da Pesquisa.

A caracterização física-climática das zonas de desenvolvimento florestal, definirá o tipo de investigação a ser realizada, a qual, por sua vez, permitirá definir os projetos.

O tipo de investigação para cada zona dependerá dos problemas e necessidades detectadas a nível de:

- introdução da espécie
- silvicultura
- melhoramento de espécies e de sistemas
- agro-silvicultura
- sistemas de manejo para os bosques naturais
- efeitos dos plantios florestais sobre o regime hídrico
- conservação dos solos em área florestais
- sistemas de produção energética e melhoramen-

— bosques contornando açudes e barragens.

Serão definidas as áreas para o estabelecimento dos projetos, os quais terão diferentes orientações com respeito às áreas de manejo:

- programas de reflorestamento espacial em grandes áreas.
- programas de bosques em áreas pertencentes a pequenos agricultores.

Estando os projetos integrados a um sistema de manejo hidro-florestal, estes terão duas atividades interrelacionadas, as quais operam de forma conjunta em relação ao regime hídrico e aos transportes lateral e longitudinal:

- tratamento biológico
- tratamento mecânico.

FASE 3. EXECUÇÃO E MANEJO DOS PROJETOS

A execução dos projetos florestais tanto de estabelecimento artificial como os de manejo de áreas naturais, dependerá:

- do resultado das pesquisas
- da análise das prioridades
- da definição do sistema de inversão.

O planejamento do Setor Florestal, permitirá identificar as responsabilidades das entidades governamentais ligadas ao setor.

A — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF

a. estabelecer as diretrizes conceituais e método-lógicas de uma política de manejo integral dos recursos florestais.

b. definir projetos e pesquisas

c. operacionalizar os projetos em conjunto com outras entidades e grupos particulares

d. fiscalizar e controlar o uso e manejo dos recursos florestais

e. coordenação interinstitucional com as entidades que trabalham com recursos naturais e ou planejamento regional.

B — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA

Desenvolver as pesquisas necessárias para dar resposta às diferentes interrogações que se inserem dentro do planejamento ou execução dos projetos. Atualmente, o Programa Nacional de Pesquisa Florestal (PNPF), trabalho conjunto EMBRAPA/IBDF, desenvolve pesquisas dentro das seguintes linhas:

- introdução de espécies
- silvicultura
- agro-silvicultura
- melhoramento de sementes
- sistemas de produção energética
- inventário florestal.

Considerações sobre Alguns Aspectos do Problema Florestal Brasileiro

O presente artigo mostra apenas as conclusões do relatório efetuado pelo Engenheiro Florestal José H. Ferreira de Castro — Consultor da FAO junto ao nosso Projeto de Desenvolvimento Florestal. Tendo em vista a importância das mesmas elas serão reproduzidas no presente Informativo. Contudo, para uma análise mais profunda recomenda-se a leitura completa do seu relatório intitulado — Alguns Aspectos do Problema Brasileiro.

Aspecto Institucional

Numerosos países, muito menos dotados florestalmente do que o Brasil, perante o mérito e valor desses recursos no contexto sócio-econômico do próprio país, atribuem a sua gestão aos mais altos escalões governativos.

No caso brasileiro, essa competência está contida, fundamentalmente, ao IBDF. Pese, embora, ao mérito, dedicação e interesse dos elementos que, esforçadamente, o servem, é muito difícil para este, face aos momentosos problemas, enfrentar, estar em condições apropriadas para proteger, cuidar, dinamizar e desencadear, com a máxima produtividade, as potencialidades de recurso florestal do País. É, fundamentalmente, uma questão de proporcionalidade de representatividade, que não de competência técnica ou capacidade profissional. É muitas vezes limitada a

possibilidade de fazer prevalecer a sua opinião quando existe interesses, suposta ou reconhecidamente, mais meritórios com o interesse florestal.

Julga-se que seria conveniente, pertinente, constituindo mero reconhecimento das próprias potencialidades, a criação de um Ministério de Recursos Naturais Renováveis, no qual se constituísse, por sua vez, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Florestal. Recomenda-se esta solução em detrimento da mais ambiciosa, de criação do próprio Ministério de Desenvolvimento Florestal tendente à realização de planos de manejo na floresta amazônica.

O adiantamento só acentuará os prejuízos a que a floresta está a ser sujeita, sem quaisquer benefícios correspondentes. A Tomada de decisão, mais tardia, revestir-se-ia de acrescidas dificuldades e maiores custos e, alguns casos, os danos já serão irreparáveis.

Dispõe-se, dese já, de conhecimentos básicos suficientes para desencadear uma operação piloto que, portanto, ser recomendada.

Por idênticas razões, se recomenda a criação de florestas regionais de rendimento, para as quais se estenderão as conclusões retiradas da operação-piloto, atrás mencionada.

Recomenda-se, também, que se estabeleça a obrigatoriedade de exploração, em áreas bem delimitadas e para seu auto-abastecimento, ainda que parcial, aos industriais madeireiros. Resultará da adoção destas medidas, que se deverão completar por estabelecimento de medidas mínimas de manejo, uma também mínima, em fase inicial, fiscalização efetiva.

Aspecto de Pesquisa Florestal

Verifica-se acentuado desequilíbrio entre a pesquisa orientada para as florestas artificiais, que ultrapassam a data, os 4 milhões de hectares, e a pesquisa voltada à floresta tropical úmida, sem refletir os outros tipos de floresta natural, que se estende por 260 milhões de hectares.

Recomenda-se que se busque um equilíbrio entre os recursos humanos e financeiros atribuídos a estes dois tipos de pesquisa, mais de acordo com os potenciais, presentes e futuros, da floresta natural e artificial, tendo também presente as funções que desempenham sob os aspectos ecológicos, sociais e econômicos.

- agro-silvicultura
- sistemas de manejo para os bosques naturais
- efeitos dos plantios florestais sobre o regime hídrico
- conservação dos solos em área florestais
- sistemas de produção energética e melhoramento do uso da energia oriunda da biomassa.

— enfermidades e pragas.
Etapa 2. Definição de Projetos.

A definição de projetos das regiões de desenvolvimento florestal terá três orientações:

- projetos de estabelecimento de bosques produtores
- projetos de proteção e manejo de bosques naturais.

A forma de atuação do Setor, com respeito aos diferentes problemas a solucionar, visará a implantação de:

- bosques para recobrimento espacial (grandes reflorestamentos)
- bosques para recobrimentos longitudinal, como quebra ventos para a proteção de áreas cultivadas, canais de irrigação, estradas, etc.
- bosques de recobrimento misto (semi-espacial, longitudinal).

d. fiscalizar e controlar o uso e manejo dos recursos florestais

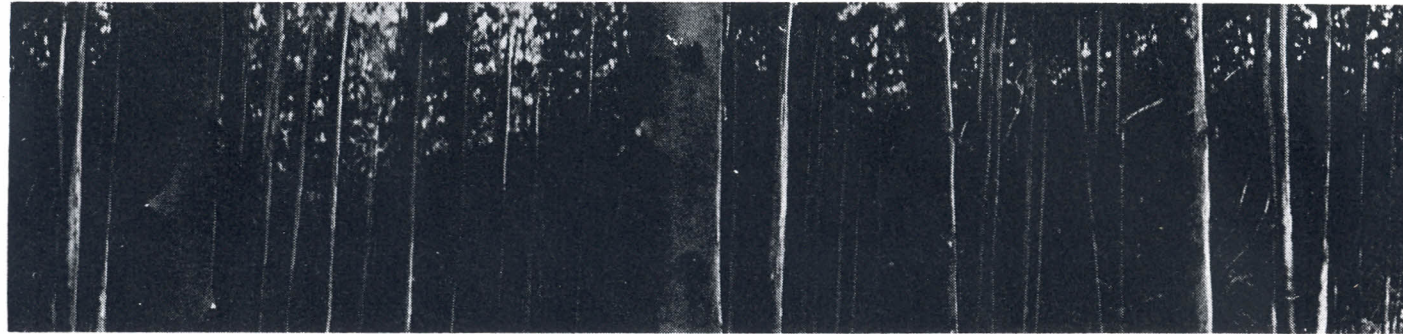
e. coordenação interinstitucional com as entidades que trabalham com recursos naturais e ou planejamento regional.

B — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA

o servem, é muito difícil para este, face aos momentosos problemas, enfrentar, estar em condições apropriadas para proteger, cuidar, dinamizar e desencadear, com a máxima produtividade, as potencialidades de recurso florestal do País. É, fundamentalmente, uma questão de proporcionalidade de representatividade, que não de competência técnica ou capacidade profissional. É muitas vezes limitada a

outros tipos de floresta natural, que se estende por 260 milhões de hectares.

Recomenda-se que se busque um equilíbrio entre os recursos humanos e financeiros atribuídos a estes dois tipos de pesquisa, mais de acordo com os potenciais, presentes e futuros, da floresta natural e artificial, tendo também presente as funções que desempenham sob os aspectos ecológicos, sociais e econômicos.



APÓS O CORTE DO EUCALIPTO, O QUE RESTA É TOUÇA.

Florestas que já produziram o suficiente, queimadas acidentais inadequação das espécies plantadas ou falhas no stand original, são as principais razões para o corte dos eucaliptos.

Entretanto no plantio da nova floresta, surge um grande problema,

com a vigorosa rebrotação das touças.

A maneira mais fácil, rápida e econômica de tirar este problema de sua vida é usar Tordon 2,4-D.*

Com Tordon 2,4-D a touça não rebrota e a nova floresta cresce sem concorrência. Use Tordon* 2,4-D porque eliminadas as touças, só resta lucro.*



DOW QUÍMICA S.A.

CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO:
Estrada para Franco da Rocha, n.º 1000 -
Tel.: (011) 432.3222 - Ramal 231 - CEP 07780 -
Franco da Rocha - SP - Telex: DOWQ - BR 1121631
*Marcas The Dow Chemical Company.

Para maiores informações peça um folheto informativo

E TOUÇA, VOCÊ TRATA COM TORDON* 2,4-D.

